

Cláudio Sales, da CBIEE: Zapatero está correto

No setor de energia elétrica, temos vários exemplos de ameaças às “regras firmes” e “estabilidade dos contratos” mencionadas pelo primeiro-ministro espanhol

Cláudio Sales, da Agência CanalEnergia, Colunistas

2/2/2005

O primeiro-ministro da Espanha, José Luis Zapatero, em visita recente ao Brasil, informou à imprensa e ao presidente Lula que seu país está pronto para considerar um novo ciclo de investimentos no Brasil. Mas salientou que, sem regras firmes de longo prazo para garantir a estabilidade dos contratos de infra-estrutura, os investimentos não virão. O presidente Lula acaba de liderar um esforço considerável de promoção do Brasil em Davos, argumentando que, devido às condições macroeconômicas, temos condições de receber US\$ 20 bilhões em investimentos diretos este ano.

As palavras e ações destes dois líderes de nações definem de forma muito pragmática a realidade enfrentada pelo setor de investimentos em infra-estrutura e revelam com clareza a interface entre os universos da macro e da microeconomia.

Poucos poderiam, olhando para os números macroeconômicos, dizer que não obtivemos conquistas: inflação de um dígito, redução da dívida pública de 58% para 51% do PIB em apenas um ano, crescimento acima de 4%, câmbio controlado. Imaginem se os mesmos sinais de estabilidade e eficiência fossem emitidos pelo cenário microeconômico.

No setor de energia elétrica, temos vários exemplos de ameaças às “regras firmes” e “estabilidade dos contratos” mencionadas por Zapatero. E essas ameaças não são apenas reclamações subjetivas de investidores que “nunca estão satisfeitos”. Tais ameaças se transformam em preços que os analistas de banco reavaliam, quer seja nos processos de financiamento, quer seja nas operações do mercado acionário. A cada sinal de instabilidade regulatória, a cada exemplo de desrespeito a contrato, a taxa de desconto sobe e penaliza o valor presente dos projetos ou empresas. E quem paga a conta, invariavelmente, são os investidores ou os consumidores. Na maior parte das vezes, os dois.

Num setor onde revisões tarifárias são temporárias, onde contratos perfeitos são questionados, onde a competição entre empresas privadas e estatais é cercada de indefinições quanto à isonomia e quanto à função-objetivo maximizada pelas últimas, torna-se difícil dizer a potenciais “novos investidores” que façam seus aportes.

Um bom e responsável comprador de imóveis faria a seguinte pergunta ao considerar a aquisição de uma casa ou apartamento num certo bairro: os proprietários atuais de imóveis nesta região estão satisfeitos? Qual seria a resposta dos atuais investidores privados em energia aos interessados em projetos no Brasil?

O próprio governo reconhece a necessidade de atrair capital privado. Batalha há mais de um ano para aprovar a lei das parcerias público-privadas, projeto adaptado do modelo britânico onde o perfil dos mais de 460 projetos desenvolvidos nos últimos 10 anos é bem diferente do que se pretende implantar aqui: são projetos pequenos, cujo investimento médio não passa das dezenas de milhões de dólares, concentrados nas áreas de “alto retorno social” como educação, saúde e segurança. No Reino Unido, as PPPs não são a solução para grandes projetos de infra-estrutura, que exigem outro tipo de segurança jurídica. Como a maioria dos analistas vem dizendo, as PPPs não serão uma panacéia, especialmente no setor elétrico.

Eis um exercício prático: analisemos a robustez que as PPPs teriam para o setor elétrico à luz das recentes disputas entre a Petrobras e alguns investidores privados como a El Paso e a MPX. Pode-se dizer que aqueles contratos, à época em que foram assinados, foram uma modalidade de PPP: devido à necessidade de aumentar celeremente a capacidade de geração de energia frente à crise de abastecimento, projetos foram desenvolvidos com parceiros privados e uma estatal.

Aos primeiros caberia disponibilizar, rapidamente, uma usina, assumindo os riscos de financiamento, de projeto, de construção e de operação. Ao segundo caberia assegurar a entrega do gás e certo nível de receita para que o projeto pudesse ser financiado. Agora, sob outra administração e outro cenário de oferta, os contratos são postos em dúvida exatamente nas cláusulas que garantiram a viabilização dos projetos. É esse tipo de risco a que os projetos de energia feitos em parceria serão submetidos? Haja fundo garantidor para dar cobertura aos projetos...

Zapatero está correto.

Cláudio Sales é presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica - CBIEE

A CBIEE é constituída pelos 16 maiores grupos empresariais de investidores privados, brasileiros e estrangeiros, responsáveis por 61% da distribuição e 28% da geração de energia no país. São membros da CBIEE: AES, Alliant, CMS Energy, CPFL Energia, Duke Energy, EDF, EDP, El Paso, Endesa, Grupo Cataguazes-Leopoldina, GP Investimentos, Grupo Rede, Iberdrola, Prisma Energy, PSEG e Tractebel.